



CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



Projeto de Decreto Legislativo nº 33/2025.

*"Dispõe sobre a concessão de  
Título de Cidadão Uruaçuense a  
Senhora Geuciane Aparecida da  
Silva e dá outras providências".*

A vereadora infra-assinado vem com o devido respeito e no uso de suas atribuições legais e regimentais em vigor, apresentar para apreciação e deliberação plenária o seguinte Projeto de

### DECRETO LEGISLATIVO:

**Art. 1º.** Fica outorgado a Senhora Geuciane Aparecida da Silva, nascida em **19/04/1976**, no município de Guarapuava, estado do Paraná, em uma família que sempre valorizou os princípios éticos a dedicação aos estudos e o compromisso com o bem-estar coletivo. Ainda jovem, aos 14 anos, tomou uma decisão que transformaria o rumo de sua trajetória: em busca de novos horizontes, aventurou-se a passar férias no interior de Goiás, uma experiência que se tornou definitiva e deu início a uma vida marcada pela coragem, determinação e amor pela região que escolheu como lar.

Determinada e com uma visão clara de futuro, Geuciane ingressou no curso de Agronomia pela Universidade Luterana do Brasil, na cidade de Itumbiara-Goiás, e concluiu sua graduação no ano de 2000. Especializou-se na área de Solos pela renomada Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), de Piracicaba, consolidando sua base técnica e científica. A sua busca pelo conhecimento resultou também em uma sólida formação em Estratégia Competitiva, Empreendedorismo e Inovação, por meio de um MBA pelo IPOG, em 2020, Pós-Graduação em Avaliações e Perícias Rurais e Ambientais, pela EBPós (2025); e na Capacitação em Perícia Judicial; aprimoramentos que refletem seu comprometimento em aliar múltiplas competências em sua atuação profissional. A história de Geuciane na Polícia Civil do estado de Goiás teve início em 2005, quando foi aprovada no cargo de Agente de Polícia Civil, e optou por trabalhar e residir em Uruaçu onde desempenha suas funções com excelência e vigilância em nome da justiça. Ao longo de sua carreira, Geuciane também dedicou 12 anos de trabalho à 7ª Coordenação Regional de Polícia Técnico-

Av. Araguaia, s/n Qd-08 Lts-31 e 33 – Centro – Uruaçu-GO – CEP 76400-000

Fones: (62) 3357-2659 / Fax: (62) 3357-4934

[www.camarauruacu.go.br](http://www.camarauruacu.go.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU

Vereadora  
**Joveny**  
Magalhães de Sá




Científica, estando à disposição desta instituição enquanto esteve à frente do Cartório da Medicina Legal, onde sua competência e comprometimento fora indispensável para os serviços e apoio imprescindível às investigações forenses. Atualmente, ela retorna ao seu posto na Delegacia de Polícia de Uruaçu, onde exerce sua função de **Chefe de Cartório no Cartório de Distribuição**, contribuindo com a organização e andamento dos processos com a dedicação que sempre lhe foi característica. Além de uma trajetória profissional impecável, Geuciane é uma inspiração de resiliência, determinação e inovação. Sua habilidade de aliar conhecimentos técnicos, científicos e estratégicos à sua atuação demonstra sua capacidade ímpar de impactar positivamente as comunidades de Goiás. Com uma visão comprometida com a justiça social, o desenvolvimento humano e a inovação em seus campos de atuação, Geuciane. Aparecida da Silva se destaca como exemplo de integridade e excelência no trabalho em prol da sociedade. Esse Título de Cidadão Uruaçuense, é em reconhecimento aos bons e relevantes serviços prestados com excelência a este Município.

**Art. 2º.** A outorga da referida honraria será em Sessão Ordinária previamente convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Uruaçu.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Vereadora Joveny Magalhães de Sá, Uruaçu, Estado de Goiás, aos 08 (oito) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**Joveny Magalhães de Sá**  
**Vereadora AUTORA PL**





CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



Referência: Solicitação de parecer jurídico.

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu.

**Assunto: Projeto de Decreto Legislativo 033/2025, de autoria da Vereadora Joveny Magalhães de Sá.**

### **PARECER JURÍDICO**

Projeto de Decreto Legislativo 033/2025.  
“Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências”.

#### **I – Relatório**

1 Instada a manifestação desta procuradoria a respeito da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo 033/2025, de autoria da Vereadora Joveny Magalhães de Sá, cuja matéria legislativa “Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências”.

2 Consta nos autos:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025;
- Justificativa.

3 É o relatório.

#### **II – Fundamentação**

4 *Ab initio*, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, prevê a possibilidade de concessão de títulos honoríficos, como o de cidadão, pelas casas legislativas municipais, desde que observadas as normas estabelecidas nas respectivas Leis Orgânicas Municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



5 Dessa forma, a Lei Orgânica Municipal preceitua:

Art.62 – Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

\* XXI – conceder título honorífico ou qualquer outra honraria ou homenagem, a pessoa ou personalidades nacionais ou estrangeira radicadas no país, conforme disposições do Regimento Interno;

6 O Regimento Interno desta Casa, por sua vez, prevê:

Art. 95 - São atribuições do Plenário:

XXIV - conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria;

...

Art. 181 - Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, mas não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente.

Parágrafo único - Constitui matéria de projeto de decreto legislativo, além de outras:

I - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem.

7 De acordo com a justificativa do proponente, a honraria proposta, mediante o presente Decreto de Lei, fará a justa e merecida homenagem à Senhora



CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



Geuciane Aparecida da Silva, devendo a Comissão de Justiça, Redação e Legalidade analisar se restaram reenchidos os demais requisitos, tais como idoneidade, conduta ilibada, etc., se assim entenderem pertinente.

8 Portanto, uma vez atendidos os preceitos constitucionais e legais, não há nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade no projeto.

9 Cumpre destacar, que caberá aos Nobres Edis a análise da viabilidade das medidas estatuídas e suas convergências com o interesse público adjacente, o que extrapola a função desta Procuradoria, constituindo mérito do projeto.

### III – Conclusão

10 Diante do exposto, analisando os dispositivos retro transcritos, OPINA<sup>1</sup> a assessoria jurídica, pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Decreto Legislativo 033/2025.

11 É o parecer S. M. J.

Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

DOUGLAS HENRIQUE CARVALHO  
Assessor Jurídico  
OAB/GO 44.934

<sup>1</sup> O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador. (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)



CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



Referência: Despacho complementar ao parecer jurídico.

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu.

**Assunto: Projeto de Decreto Legislativo 033/2025, de autoria da Vereadora Joveny Magalhães de Sá.**

### TRAMITAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO

#### I – Comissões

- 1 Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, art. 43, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.
- 2 Comissão de Educação, Saúde, Políticas Públicas e Promoção Social, art. 43, inciso IV, alínea “a”, item 17, do Regimento Interno.

*Art. 43 - É da competência específica:*

*I - da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação manifestar sobre:*

*a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões;*

*[...]*

*IV- Comissão de Educação, Saúde, Políticas Públicas e Promoção Social:*

*a)- emitir parecer, obrigatoriamente, sobre os processos referentes:*

*[...]*

*17) homenagens cívicas;*

- 3 Ressalta-se que a CCJ, após emitir o parecer, DEVERÁ encaminhar cópia integral dos autos à Comissão de Educação, Saúde, Políticas Públicas e Promoção Social, para emitir parecer no prazo de 15 (quinze) dias.
- 4 Após receber o parecer, a CCJ devolverá os autos à presidência.

#### II – Votação

- 5 Nominal, artigo 229 do Regimento Interno.

Art. 229 - O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.





CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



Parágrafo único - Independentemente de deliberação plenária, far-se-á obrigatoriamente a votação nominal para:

...

j) - propõe a concessão de título honorífico, honraria ou homenagem;

### III – Quórum

6                    Maioria Qualificada (é a que atinge ou ultrapassa a 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara), art. 91, inciso III, § 3º, do Regimento Interno.

Art. 91 - As deliberações do Plenário serão tomadas por:

III - maioria qualificada.

...

§ 3º - Maioria qualificada é a que atinge ou ultrapassa a 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

...


Art. 93 - O Plenário deliberará:

II - por maioria qualificada, sobre:

...

e) concessão de título honorífico, homenagem ou qualquer outra honraria;

Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

  
DOUGLAS HENRIQUE CARVALHO  
Assessor Jurídico  
OAB/GO 44.934



CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU







CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



Referência: Solicitação de parecer jurídico.


Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu.

**Assunto: Projeto de Decreto Legislativo 033/2025, de autoria da Vereadora Joveny Magalhães de Sá.**

## DESPACHO

Nesta data, encaminho o parecer jurídico e a tramitação do processo legislativo do Projeto de Decreto Legislativo 033/2025, de autoria do Poder Legislativo, para o Presidente desta Augusta Casa de Leis.

Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

  
DOUGLAS HENRIQUE CARVALHO  
Assessor Jurídico  
OAB/GO 44.934

Do: Vereador Jhonatha William Fernandes Souto

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

Ao: Vereador Josimar Nogueira Alves

1º Membro desta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

### DESPACHO

Nesta data, encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025, que  
*"Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências."*, para que o nobre edil possa emitir parecer como relator da referida matéria quanto a sua legalidade, constitucionalidade e regimentalidade.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2025.



**Jhonatha William Fernandes Souto**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

**PARECER DA COMISSÃO DE**  
**CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025

Assunto: *"Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências."*

Autoria: Projeto de Decreto Legislativo 033/2025, de autoria da Vereadora Joveny Magalhães de Sá.

**I – RELATÓRIO**

Reunida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, na sala das comissões, com a presença do Assessor Jurídico, Douglas Henrique de Carvalho, OAB/GO 44.934, para a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025, de autoria da Vereadora Joveny Magalhães de Sá.

O Relatório expõe a análise o **Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025**, que *"Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências."*

O projeto encontra-se instruído com justificativa, em que constam os motivos que levaram à propositura da matéria.

A assessoria jurídica desta casa emitiu parecer pela legalidade e constitucionalidade do projeto.

Em seguida, os autos vieram-me para a elaboração e emissão de parecer.

É o relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**



CÂMARA MUNICIPAL DE URUACU



Inicialmente, cumpre frisar que o Projeto deve ser examinado pela CCJ por força art. 43, I, “a”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Uruaçu.

**Art. 43** - É da competência específica:

**I** - da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação manifestar sobre:

**a)** aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões;

Assim, de início, faz-se necessário verificar a devida aplicação da técnica legislativa, instituída pela Lei Complementar n. 095/1998, que “*Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*”, a fim de verificar se o Projeto proposto atende os padrões técnicos exigidos, em respeito às normas legais vigentes.

Ademais, no âmbito da Câmara Municipal de Uruaçu, o Autor do projeto deve observar e cumprir os aspectos formais previstos no art. 154, parágrafo único, e art. 183 do Regimento Interno, os quais assim prescrevem, *in verbis*:

Art. 154 - Proposição é toda matéria sujeita a deliberação ou encaminhamento pelo Plenário e poderá consistir em:

...

Parágrafo único - As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos e, quando sujeitas à leitura, exceto as emendas, deverão conter ementa de seu objetivo.

...

Art. 183 - São requisitos dos projetos:

**I** - ementa de seu objetivo;





CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



- II - conter, tão-somente, a enunciação da vontade legislativa;
- III - divisão em artigos numerados, claros e concisos;
- IV - menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso;
- V - assinatura do autor;
- VI - justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a adoção da medida proposta.

Feita a análise do projeto em apreço, verifica-se que o mesmo atende aos requisitos da Lei Complementar n. 095/1998 e do Regimento Interno, pois observa os aspectos formais de técnica legislativa, apresenta ementa clara e objetiva, o pedido apresenta assinatura do autor e justificativa da medida por escrito, numera seus artigos ordinal e cardinalmente de acordo com o ditame, e não há contradições entre seus artigos.

Assim, a propositura mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

Superado o quesito formal/gramatical, faz-se necessário fazer a análise dos quesitos materiais da norma, em especial sua constitucionalidade, legalidade e da própria proposição e nesse sentido verifica-se a constitucionalidade do projeto.

A Proposição encontra guarida no art. 62, XXI, da Lei Orgânica do Município:

Art.62 – Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

...

*\* XXI – conceder título honorífico ou qualquer outra honraria ou homenagem, a pessoa ou personalidades nacionais ou estrangeiras radicadas no país, conforme disposições do Regimento Interno;*

O art. 95, inciso XXIV, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, por sua vez, prevê o seguinte:

Art. 95 - São atribuições do Plenário:

...

XXIV- conceder títulos de Cidadão honorário ou qualquer outra honraria;

Diante do exposto, examinados os aspectos constitucionais, legais e regimentais, manifesto parecer pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, estando, portanto, dentro das normas legais, constitucionais regimentais.

### III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, voto pela sua aprovação.

É o Relatório, sob censura.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

☒ Favorável ao Parecer


☒ Favorável ao Parecer

☐ Contrário ao Parecer

☐ Contrário ao Parecer

  
Josimar Nogueira Alves  
2º Membro/Relator

  
Jhonatha William Fernandes Souto  
Presidente

  
Raimundo Ferreira  
1º Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



## DESPACHO

Tendo em vista a emissão de parecer pela CCJ favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025, que "*Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências.*", em cumprimento ao art. 43, inciso IV, "a", item 17, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminho cópia dos autos à Comissão de Educação, Saúde, Políticas Públicas e Promoção Social para emissão de seu parecer.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

**Jhonatha William Fernandes Souto**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

## DESPACHO

Nesta data, encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025, que *"Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências."*, à Vereadora Nailda R. Camelo Carneiro, 2º Membro desta Comissão, possa emitir parecer como relatora da referida matéria.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2025.



**Josimar Nogueira Alves**

Presidente da Comissão de Educação, Saúde, Políticas Públicas e Promoção Social





**PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**E PROMOÇÃO SOCIAL**

Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025

Assunto: *"Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências."*

Autoria da Vereadora: Joveny Magalhães de Sá.

**I - RELATÓRIO**

Reunida a Comissão de Educação, Saúde, Políticas Públicas e Promoção Social, na sala das comissões, com a presença do Assessor Jurídico, Douglas Henrique de Carvalho, OAB/GO 44.934, para a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025, de autoria da Vereadora Joveny Magalhães de Sá.

O Relatório expõe a análise o **Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025**, que *" Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências."*

**II - VOTO DO RELATOR**

A Proposição encontra guarida no art. 95, XXIV do Regimento Interno e art. 62, XXI, da Lei Orgânica do Município.

A necessidade de análise desta comissão está prevista no art. 43, inciso IV, alínea "a", item 17, do Regimento Interno.

*Art. 43 - É da competência específica:*

*[...]*

*IV- Comissão de Educação, Saúde, Políticas Públicas e Promoção Social:*

*a)- emitir parecer, obrigatoriamente, sobre os processos referentes:*

[...]

17) homenagens cívicas;

Os motivos que levaram à propositura da demanda estão dispostos no histórico da homenageada, que acompanha o projeto de Decreto Legislativo.

Diante do exposto, examinados os aspectos constitucionais, legais e regimentais, manifesto parecer pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, estando, portanto, dentro das normas legais, constitucionais regimentais.

### III - CONCLUSÃO

Pelos motivos expostos e, para auxiliar os trabalhos desta Casa, manifesto parecer FAVORÁVEL à matéria acima mencionada, para que tenha a sua normal tramitação e se o Plenário estiver de acordo a sua APROVAÇÃO.

É o Relatório, sob censura.

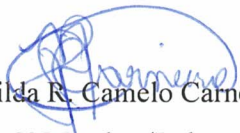
Sala das Comissões da Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 10 dias do mês de dezembro de 2025.

☒ Favorável ao Parecer

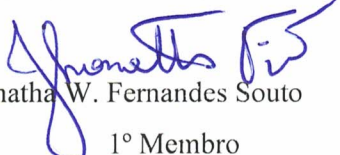
☐ Contrário ao Parecer

☒ Favorável ao Parecer

☐ Contrário ao Parecer

  
Nailda R. Camelo Carneiro  
2º Membro/Relator

  
Josimar Nogueira Alves  
Presidente

  
Jhonatha W. Fernandes Souto  
1º Membro

## DESPACHO

Estando os autos do Projeto de Decreto Legislativo nº 033/2025, que *"Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadã Uruaçuense à Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências."*, devidamente instruídos, os remeto ao Presidente da Câmara para inclusão na ordem do dia.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 10 dias do mês de dezembro de 2025.



**Jhonatha William Fernandes Souto**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação





CÂMARA MUNICIPAL DE URUAÇU



Decreto Legislativo nº 33, de 08 de dezembro 2025.

***“Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Uruaçuense a Senhora Geuciane Aparecida da Silva e dá outras providências”.***

**Art.1º.** Fica outorgado a Senhora Geuciane Aparecida da Silva, nascida em 19/04/1976, no município de Guarapuava, estado do Paraná, em uma família que sempre valorizou os princípios éticos a dedicação aos estudos e o compromisso com o bem-estar coletivo. Ainda jovem, aos 14 anos, tomou uma decisão que transformaria o rumo de sua trajetória: em busca de novos horizontes, aventurou-se a passar férias no interior de Goiás, uma experiência que se tornou definitiva e deu início a uma vida marcada pela coragem, determinação e amor pela região que escolheu como lar.

Determinada e com uma visão clara de futuro, Geuciane ingressou no curso de Agronomia pela Universidade Luterana do Brasil, na cidade de Itumbiara-Goiás, e concluiu sua graduação no ano de 2000. Especializou-se na área de Solos pela renomada Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), de Piracicaba, consolidando sua base técnica e científica. A sua busca pelo conhecimento resultou também em uma sólida formação em Estratégia Competitiva, Empreendedorismo e Inovação, por meio de um MBA pelo IPOG, em 2020, Pós-Graduação em Avaliações e Perícias Rurais e Ambientais, pela EBPós (2025); e na Capacitação em Perícia Judicial; aprimoramentos que refletem seu comprometimento em aliar múltiplas competências em sua atuação profissional. A história de Geuciane na Polícia Civil do estado de Goiás teve início em 2005, quando foi aprovada no cargo de Agente de Polícia Civil, e optou por trabalhar e residir em Uruaçu onde desempenha suas funções com excelência e vigilância em nome da justiça. Ao longo de sua carreira, Geuciane também dedicou 12 anos de trabalho à 7ª Coordenação Regional de Polícia Técnico-Científica, estando à disposição desta instituição enquanto esteve à frente do Cartório da Medicina Legal, onde sua competência e comprometimento foram indispensáveis para os serviços e apoio imprescindível às investigações forenses.

---

Av. Araguaia, s/n Qd-08 Lts-31 e 33 – Centro – Uruaçu-GO – CEP 76400-000

Fones: (62) 3357-2659 / Fax: (62) 3357-4934

[www.camarauruacu.go.br](http://www.camarauruacu.go.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE URUACU



Atualmente, ela retorna ao seu posto na Delegacia de Polícia de Uruaçu, onde exerce sua função de Chefe de Cartório no Cartório de Distribuição, contribuindo com a organização e andamento dos processos com a dedicação que sempre lhe foi característica. Além de uma trajetória profissional impecável, Geuciane é uma inspiração de resiliência, determinação e inovação. Sua habilidade de aliar conhecimentos técnicos, científicos e estratégicos à sua atuação demonstra sua capacidade ímpar de impactar positivamente as comunidades de Goiás. Com uma visão comprometida com a justiça social, o desenvolvimento humano e a inovação em seus campos de atuação, Geuciane.

Aparecida da Silva se destaca como exemplo de integridade e excelência no trabalho em prol da sociedade.

Esse Título de Cidadã Uruaçuense, é em reconhecimento aos bons e relevantes serviços prestados com excelência a este Município.

**Art.2º.** A outorga da referida honraria será efetuada em Sessão Solene previamente convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Uruaçu.

**Art.3º.** As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art.4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 08 (oito) dias do mês de dezembro do ano de 2025.**

  
Fabio Rocha de Vasconcelos

**Presidente**

  
Marivaldo Rodrigues da Silva

**Secretário de administração e finanças**